ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL AO BEBÊ: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS E RECURSOS MATERIAIS

Barbara PARMEJANO; Yanina da ROCHA LIZEO; Helena MARTÍNEZ AVILA DE MELLO; Fabiana CRISTINA FRIGIERI DE VITTA.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Eixo temático 07

PROPe/UNESP, PIBIC/CNPq e Núcleo de Ensino/UNESP

barbara.parmejano@unesp.br

Palavras-chave: Educação Infantil. Atividades de Vida Diária. Bebês.

1. Introdução

A Educação Infantil passou a integrar oficialmente a Educação Básica a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco legal que reconheceu essa etapa como direito da criança e dever do Estado (Brasil,1996). Desde então, as políticas educacionais aprofundaram-se as diretrizes para essa fase, entre os quais se destaca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define a educação infantil destinada a crianças de zero a cinco anos e onze meses, organizadas em três subgrupos: bebês, de zero a dezoito meses; crianças bem pequenas, de dezenove meses a três anos e onze meses; e crianças pequenas, de quatro a cinco ano e onze meses (Brasil, 2017).

Campos *et al.* (2011) e Kagan (2011) destacam que ambientes organizados e materiais acessíveis contribuem significativamente para a autonomia, segurança e desenvolvimento das crianças. Dessa forma, nas instituições de educação infantil (IEIs), é essencial considerar aspectos relacionados às experiências infantis, incluindo a adequação dos espaços e recursos voltados às atividades de vida diária (AVDs), como alimentação, higiene e vestuário, articulados a objetivos educacionais previamente planejados.

Documentos oficiais como os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação infantil – PNQEI (Brasil, 2024) demostram a importância de políticas públicas voltadas à garantia da qualidade da oferta. Essa qualidade está relacionada à organização dos espaços físicos, mobiliários e recursos materiais nas IEIs, os quais devem favorecer oportunidades de aprendizagem compatíveis com o desenvolvimento integral dos bebês.

Dessa forma, torna-se relevante investigar como as IEIs estruturam os ambientes destinados às AVDs com bebês. Este estudo objetivou identificar e analisar os espaços e recursos materiais utilizados na prática pedagógica com atividades de vida diária (higiene, vestuário, alimentação e sono) junto aos bebês em uma IEI.

2. Metodologia

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza observacional e descritiva, desenvolvida em uma IEI situada em um município de pequeno porte no interior do estado de São Paulo. Foram realizados registros fotográficos dos espaços físicos, mobiliários e recursos materiais relacionados às atividades de vida diária (AVDs) com bebês. As imagens foram captadas sem a presença de crianças ou adultos que trabalhavam na instituição (não havendo necessidade de aprovação em Comitê de Ética), após organização prévia dos materiais e espaços, a fim de garantir maior qualidade e uniformidade nos registros.

A análise contemplou os ambientes destinados ao Berçário I, que atende crianças de quatro meses a um ano, e ao Berçário II, voltado para crianças de um a dois anos. Após a coleta, os registros foram organizados em Planilha, com armazenamento no Google Drive, e analisados com base nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação infantil – PNQEI (Brasil, 2024), bem como dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela BNCC (Brasil, 2017).

A pesquisa contou com apoio da Universidade Estadual Paulista, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPe), no âmbito do Programa de Iniciação Científica, Edital 02/2025, e integra uma investigação mais ampla sobre fatores que influenciam a qualidade da educação de bebês, assumindo caráter de projeto piloto para refinamento do protocolo de análise e dos registros fotográficos.

3. Resultados

Em relação à alimentação, observou-se a utilização de cadeirões para acomodação dos bebês durante as refeições. Em relação aos mobiliários utilizados para alimentação, PNQEI diz

> 5.6.6. Mesas e cadeiras adequadas para o atendimento das crianças e cadeirões que respeitem as necessidades ergonômicas de bebês (com apoio para os pés e cinto de segurança), bem como cadeiras que possam ser utilizadas por adultos para alimentar bebês que ainda não se sentam sozinhos (Brasil, 2024, p. 44).

No que se refere aos cuidados de higiene, o Berçário I dispõe de um espaço adaptado para trocas, com uso de um berço modificado substituindo o trocador, além de banho realizado em fraldário anexo, utilizando banheiras plásticas ou cubas de inox. Já no Berçário II, as crianças utilizam cubas de inox e trocador localizado no próprio ambiente.

Quanto ao momento de descanso, no Berçário I são utilizados carrinhos trazidos pelas famílias e berços disponíveis na sala, enquanto no Berçário II o repouso ocorre em colchonetes posicionados no chão, distribuídos pelo ambiente.

Ao analisar os critérios presentes nos PQNEI (Brasil, 2024), verificou-se número reduzido de orientações específicas acerca de materiais e equipamentos voltados ao atendimento de bebês, concentrando-se principalmente em aspectos como altura de bancadas e disposição de mobiliários. Observou-se ainda que algumas recomendações, como o espaçamento mínimo de 50 cm entre colchonetes, não são integralmente atendidas, especialmente em razão das limitações físicas das salas, situação também identificada na disposição de berços, bancadas e outros mobiliários.

Verifica-se que há poucos estudos sobre os espaços, mobiliários e equipamentos para o desenvolvimento das AVDs com bebês. Campos et al. (2011) e Kagan (2011) verificaram que as creches têm pior avaliação que pré-escolas, com ausência de materiais adequados. Kagan recomenda investir tanto em infraestrutura/materiais, assim como na formação da equipe e em uma política de educação infantil que possibilite a melhora da qualidade das IEIs.

4. Conclusões

Os resultados evidenciam fragilidades estruturais e organizacionais na instituição analisada, as quais podem impactar a qualidade do atendimento oferecido às crianças. Aspectos como ausência de uniformidade nos utensílios, utilização de mobiliários adaptados e limitações de espaço para realização das AVDs demonstram a necessidade de adequações no ambiente institucional.

Nesse sentido, torna-se fundamental que documentos normativos estabeleçam parâmetros mais alinhados às demandas concretas das instituições de Educação Infantil que atendem bebês, considerando condições de infraestrutura, quantitativo de profissionais e número de crianças assistidas.

5. Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2024.
CAMPOS, M.M. et al.A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. Cadernos de Pesquisa, v, 41, n. 142, p. 20-54, 2011.
KAGAN, S. L. Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 56-67, 2011.